



**PARECER JURÍDICO 054/2023**

**TP - Nº 004/2023**

**PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. DISCRICIONARIEDADE EM RELAÇÃO AO OBJETO. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REVITALIZAÇÃO DO BALNEÁRIO MUNICIPAL. CUMPRIMENTO DAS NORMAS E PRINCÍPIOS NORTEADORES DA LICITAÇÃO. MELHOR PROPOSTA. CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME. NORMAS DE DIREITO PÚBLICO.**

**I - HIPÓTESE FÁTICA**

Trata-se de procedimento licitatório modalidade Tomada de Preço nº. 004/2023, para Contratação de Empresa (Materiais e Mão De Obra) Para Revitalização do Balneário Municipal.

Foram instruídos os autos, além de outros, os seguintes documentos: Comunicação Interna, Termo de Referência, Justificativa, Termo de Abertura, Projeto, Memorial Descritivo Cronograma Físico-Financeiro, Autorização do Ordenador, Minuta do Edital e seus anexos.

É o sucinto relatório.

1



## **II - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Deve-se salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos constantes dos autos até a presente data, e que, em face do que dispõe o artigo 38, parágrafo único da Lei n.º 8.666/93, incumbe a essa assessoria prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na análise da conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito da administração, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica ou administrativa, senão vejamos:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração. (Redação dada pela Lei nº 8.666, de 1993).

No mérito, a Administração seguiu a modalidade Tomada de Preços por entender ser a modalidade mais vantajosa.

Portanto, passa-se à análise dos aspectos relacionados às orientações jurídicas ora perquiridas.



### III – DA FUNDAMENTAÇÃO

*Ab initio*, ressaltamos que o exame desta Assessoria Jurídica se dá nos termos legais, ainda pela Lei nº 8.666/1993.

No presente caso, a instauração do processo licitatório foi devidamente autorizada pela autoridade competente, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Turismo, no que concerne a contratação de empresa para execução de projetos de pavimentação com basalto irregular, tudo dentro das normas estabelecidas pelo artigo 38 e seguintes da Lei 8.666/93.

Em tempo o Edital da Tomada de Preço nº 004/2023, vem detalhando o objeto, a publicidade, o prazo, a fase de proposta, habilitação, julgamento, análise dos documentos, prazo e julgamento do recurso, documento aplicável, Obrigações da Contratada e Disposições Gerais, bem como, as outras exigências, tanto para o caso de contratação de serviços quanto para a execução de obras, conforme abaixo:

Art. 7º. As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:

I - Projeto básico;

II - Projeto executivo;

III - execução das obras e serviços.

§ 1º A execução de cada etapa será obrigatoriamente precedida da conclusão e aprovação, pela autoridade competente, dos trabalhos relativos às etapas anteriores, à exceção do projeto executivo, o qual poderá ser desenvolvido concomitantemente com a execução das obras e serviços, desde que também autorizado pela Administração.



§ 2º As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:

I - houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório;

II - existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;

III - houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;

IV - o produto dela esperado estiver contemplado nas metas estabelecidas no Plano Plurianual de que trata o art. 165 da Constituição Federal, quando for o caso.

Desta forma, considerando que até então o procedimento não apresenta irregularidades que possam macular o certame. Após tais argumentos e tendo em vista o estrito cumprimento da legislação de regência para a matéria, bem como observados todos os procedimentos para assegurar a regularidade e a legalidade de todos os atos praticados no procedimento licitatório, é nosso Parecer no sentido de que deva se dar prosseguimento ao processo, efetivando a contratação do vencedor final.

#### **IV – CONCLUSÃO**

Cumprе salientar que em 31 de março de 2023, foi publicada a Medida Provisória 1167 que prorrogou, até 30/12/2023, a vigência da antiga legislação aplicável a licitações e contratos administrativos, em especial, da Lei 8.666/93 e da Lei 10.520/02. Diante disso, até 30/12/2023, a Administração



Pública terá a opção de licitar e contratar ou com base na Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC (Lei 14.133/21) ou com base na legislação antiga (Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e Lei 12.462/11) desde que, neste último caso, a publicação do edital ou do ato autorizativo da contratação direta ocorra até 29 de dezembro de 2023 e tal opção escolhida seja expressamente indicada no edital ou no ato autorizativo da contratação direta.

Sendo assim, ressaltamos que a administração deve adequar à fase de planejamento para que os processos de licitação ou de contratação direta, sob as diretrizes das leis 8.666/93, 10.520/02 e 12.462/11, tenham publicados seus editais, avisos ou atos de autorização/ratificação de contratação por inexigibilidade/dispensa de licitação até 29 de Dezembro de 2023.

A partir desta data, deverão tramitar somente os processos de licitação que estejam em conformidade com a NLL.

Ainda, que esta Assessoria Jurídica emite parecer sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar a conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da Administração, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa, além disso, este parecer possui caráter meramente opinativo, não vinculando, portanto, a decisão do gestor, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93 (Julgados STF: MS n.º 24.073-3-DF- 2002; MS n.º 24.631-6-DF-2007), e apresenta como respaldo jurídico os fatos e fundamentos colacionados.

*Ex positis*, com arrimo no farto acervo fático e normativo apresentado, notadamente pela regularidade e presença de todas as garantias envolvendo a Administração Pública, presentes os princípios que orientam os contratos públicos previstos na Lei 8.666/93, bem como em não havendo qualquer



óbice legal, esta Consultoria Jurídica OPINA pela legalidade e prosseguimento do processo licitatório.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Salto do Jacuí, 12 de Abril de 2023.

*Leonir da Silva Pereira*  
**Assessor Jurídico**  
**Advogado**  
**OAB/RS 99.474**